

STELLA MARIS SCATENA FRANCO

**LUZES E SOMBRAS
NA CONSTRUÇÃO
DA NAÇÃO
ARGENTINA:**

**OS MANUAIS
DE HISTÓRIA NACIONAL
(1868-1912)**

ESTUDOS CDAPH

SÉRIE HISTORIOGRAFIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA
EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – CDAPH

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Reitor: Gilberto Gonçalves Garcia, OFM

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação

Coordenação: Alexandrina Monteiro

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação - CDAPH

Coordenação: Marcos Cezar de Freitas

Conselho Editorial:

Ana Waleska Mendonça

Carlos Roberto Jamil Cury

Clarice Nunes

Eliane Marta Teixeira Lopes

Helena M. B. Bomeny

José Gonçalves Gondra

Lúcia Lippi Oliveira

Luciano Mendes de Faria Filho

Luis Felipe Serpa

Marta Maria Chagas de Carvalho

Rogério Fernandes

Zaia Brandão

37(82)(091)
F897L

Franco, Stella Maris Scatena.

Luzes e sombras na construção da nação Argentina :
os manuais de história nacional / Stella Maris Scatena
Franco. -- Bragança Paulista : EDUSF, 2003.

170 p. (Estudos CDAPH. Série historiografia)

1. Ensino de história. 2. Argentina. 3. Didática.
4. Ensino secundário. 5. Educação. I. Título. II. Série.

Ficha Catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de Processamento
Técnico da Universidade São Francisco

Correspondências para:

Núcleo de Distribuição e Divulgação - EDUSF

Av. São Francisco de Assis, 218

CEP 12916-900 Bragança Paulista - SP

E-mail: distribuicao-divulgacao@saofrancisco.edu.br

<http://www.saofrancisco.edu.br/publicacoes>

Tel.: (11) 4034-8092 Fax: (11) 4034-8044

AGRADECIMENTOS

Foi de fundamental importância para a execução deste trabalho a presença da professora Maria Ligia Coelho Prado. Tive, durante os anos do mestrado, do qual este livro é resultado, um acompanhamento sério e dedicado por parte da professora, obtendo seu apoio nos momentos mais decisivos, desde o recorte das fontes e a escolha dos temas a serem desenvolvidos, até a redação final da dissertação. Tal apoio, entretanto, não se limitou às questões profissionais, constituindo o seu empenho não apenas um trabalho de orientação acadêmica, mas de orientação para a vida.

Devo destacar também a oportunidade que tive de participar das reuniões do grupo de América Latina, coordenado pela professora Maria Ligia, podendo extrair dessa experiência maiores aprendizados sobre questões relacionadas à área de estudos da América Latina. Não compartilhei aí somente das discussões, reflexões e trabalhos, todos desenvolvidos com grande competência, mas estabeleci também fortes laços de amizade com pessoas extremamente companheiras: Camilo, Felipe, Gabriela, Gilberto, Marc, Mary, Rafael, Sílvia, Tânia e, especialmente, Marisa Montrucchio. Todas essas relações foram extremamente fecundas, propiciando a mim ganhos inestimáveis.

Agradeço à professora Circe Maria Fernandes Bittencourt, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e ao professor José Luís Bendicho Beired, do Departamento de História da Universidade Estadual de São Paulo, Câmpus de Assis, pelas sugestões e críticas feitas durante meu Exame de Qualificação.

A Marcela Quinteros, agradeço pela hospedagem e pela companhia durante minha estadia em Buenos Aires, quando realizei a pesquisa de campo.

Àqueles que me ajudaram de diferentes formas em vários momentos do trabalho, dedicando a mim uma atenção especial: Liamara, Andrea, Maria Paula, Wilma, João Paulo e Hernán Reig.

A Mariana Joffily, pela amizade sincera e pela ajuda, sobretudo na finalização do trabalho.

Minha família foi de grande companheirismo durante o processo de desenvolvimento deste trabalho. Ao Marcelo e à Silvana sou muito

APRESENTAÇÃO

grata pela força e estímulo recebidos; à Elena agradeço como amiga e, posso dizer, também como filha, por todo o carinho e dedicação com que sempre me tratou; devo um agradecimento especial a Antonio Franco, meu pai, pela presença constante e por ter me transmitido, ao longo de todos os anos de minha vida, valores extremamente nobres que formaram e formam o meu caráter.

A José Carlos, por dividir comigo a mesma estrada, procurando superar os espinhos e buscando encontrar os melhores caminhos. A Anita, por aturar minhas ausências, por preencher minha vida com sua alegria e por me mostrar as coisas lindas que os adultos já esqueceram.

Por fim, meus agradecimentos se dirigem à FAPESP, que me concedeu uma bolsa de estudos sem a qual esta pesquisa não se concretizaria.

A escrita da História acompanha a vida das sociedades humanas desde tempos longínquos. Tem sido pensada para atingir finalidades diversas – para exaltar as façanhas de heróis e reis, para estimular sentimentos patrióticos, para destruir a memória dos inimigos do poder ou, ainda, para mobilizar os indivíduos propondo transformações do *status quo*. Conservadoras ou revolucionárias, as perspectivas podem variar, mas há concordância no poder dessa escrita para produzir sentimentos, construir imaginários e criar certas maneiras de olhar seu tempo, espaço ou cultura.

No século XIX, tanto na Europa quanto na América Latina, ainda ecoavam os exemplos dos historiadores clássicos gregos ou romanos. Não estava abandonada a idéia da “História como mestra da vida”, na famosa aceção de Cícero. Não se descartava o “pragmatismo” de Políbio ou Plutarco que escreveram com a finalidade de ensinar, com o desejo de oferecer soluções às necessidades práticas das gerações posteriores.¹

Na América Latina, na segunda metade do século XIX, constituía-se a disciplina de História, em particular a História Nacional, que passava a ser ensinada na escola pública como elemento fundamental da consolidação das nacionalidades. Ali era ela tomada como a “fiel e segura acompanhante do civismo”, utilizada como prédica moral para promover o espírito patriótico.² Assim, nada mais importante para o historiador desse período do que se voltar para o momento do nascimento das nações independentes e escrever sobre sua gênese, seus heróis e feitos gloriosos. A importância desse passado na vida presente das sociedades era repetidamente proclamada.

O primoroso estudo de Stella Maris Scatena Franco vem ajudar a pensar, na Argentina, essas questões tão importantes. Seu objetivo é analisar as representações da nação construídas, entre 1868 e 1912, por

¹ Ver Carlos PEREYRA. “Historia, para qué?” In: Vários Autores. *Historia, para qué?* México: Siglo XXI, 1984. p. 19.

² Ver Luiz GONZÁLEZ. “De la múltiple utilización de la Historia” In: *op. cit.*, p. 65.

quatro autores de manuais de História Nacional dirigidos ao ensino secundário. Stella Maris mostra que para tais autores “a função da História era servir de exemplo e inspiração na conduta dos indivíduos do presente, banindo com isso, os ‘erros’ e repetindo os ‘acertos’ do passado”. Acreditavam eles que os homens de outras épocas (em especial os da independência) haviam deixado extraordinários exemplos a imitar e que a lembrança de sua boa conduta seria o meio mais poderoso para a reforma dos costumes. Anacronicamente teriam concordado com Jorge Luis Borges que, certa vez, afirmou ser “o passado indestrutível”, a despeito de tantas tentativas – sempre vãs – de sua abolição.

Stella Maris realizou um amplo levantamento dos manuais de História produzidos durante essas décadas, tendo escolhido, com base em critérios definidos, quatro deles para estudar: o primeiro, de autoria de José Manuel Estrada, foi publicado em 1868; o segundo, de Clemente Leôncio Fregeiro, em 1886; o de Vicente Fidel López, em 1898 e, finalmente, o de Ricardo Levene, em 1912. Na Argentina, a necessidade de olhar para o passado recente trazia lembranças, muitas vezes dolorosas. As dificuldades de construção de um Estado centralizado que correspondesse aos anseios das diversas partes do país – Buenos Aires, o litoral e o interior – se traduziram em guerras civis intensas que longamente abalaram o país, dividido entre unitários e federalistas. Apenas em 1862, o primeiro presidente, Bartolomeu Mitre, era empossado, propondo-se a inaugurar “novos tempos” de prosperidade e paz. Para o grupo político vitorioso, os unitários liberais, era preciso escrever a história de seu êxito, apontando os momentos heróicos e indicando as possibilidades de um promissor futuro que se abria. Mas também, cumpria realizar a tarefa de acusar o inimigo causador de tanto “atraso” e de tanta “barbárie”, o federalismo de Juan Manuel de Rosas. Esses primeiros historiadores argentinos – alguns autores dos manuais aqui analisados – fundaram uma certa maneira de pensar as origens da nação, seu passado e seu porvir.

Neste livro, Stella Maris analisa essas construções fundadoras, mostrando a permanência de certas visões sobre a história da nação argentina. Os capítulos do texto estão muito bem estruturados, oferecendo ao leitor um claro percurso dos temas abordados. Inicia apresentando o contexto da formação do Estado argentino relacionando-o à organização do sistema de educação pública. Na perspectiva dos contemporâneos, a

escola secundária – como de resto, em geral, em toda a América Latina – era entendida como o lugar privilegiado, ao lado da universidade, para preparar as classes dirigentes do país. Para alcançar tal finalidade, o conhecimento da História era imprescindível. Em seguida, faz a apresentação dos quatro manuais e de seus autores e analisa, em linhas gerais, suas perspectivas historiográficas. No terceiro capítulo, a autora reflete sobre a visão negativa da Colônia formulada por esses historiadores que debatem, ainda, uma possível preexistência da nação – que chamam de “prenúncios” da nacionalidade – já durante o período colonial. Estudam essa época, mostrando as particularidades argentinas em comparação com as do México e do Peru e, numa leitura teleológica, vêem esse período como uma preparação para a inevitável Revolução de Maio de 1810 que levaria à independência. A autora continua seu texto, trabalhando a construção de personagens, símbolos e lugares da Revolução de Maio de 1810, evidenciando o destaque da cidade de Buenos Aires como protagonista da emancipação. No último capítulo, analisa os modelos de nação e discute as interpretações dos historiadores sobre os conflitos entre unitários e federalistas.

Interessante é lembrar que no Brasil, em época semelhante, também se editavam os primeiros manuais de História do Brasil inaugurando, da mesma forma, uma certa interpretação sobre a História do país. As preocupações centrais do historiador/romancista Joaquim Manuel de Macedo, que publicou suas *Lições de História do Brasil* em 1861, se assemelhavam às de seus colegas argentinos. No caso brasileiro, esses manuais oficiais estavam vinculados às visões emanadas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, centro produtor e difusor das interpretações vitoriosas sobre a História pátria.

Se no Brasil, Macedo e outros historiadores importantes como Francisco Adolfo de Varnhagen manifestavam sua confiança inabalável na justeza e na força da monarquia como garantidora da harmoniosa unidade territorial e da manutenção da ordem social, na Argentina os desafios eram de outra ordem. Marcada pela oposição entre os vitoriosos liberais e os derrotados federalistas, a historiografia portenha construiu uma imagem positiva dos vencedores e de seus feitos gloriosos, em contrapartida às trevas do período de Rosas. O discurso desses historiadores buscava “legitimar o processo de constituição do estado nacional, criando, para isso, representações da nação argentina”. Para

tanto, afirmavam a existência de “prenúncios” da nacionalidade na Colônia que passava a ser valorizada apenas como o período formador do “caráter” argentino.

Em suma, este livro mostra as relações entre as determinações políticas governamentais, a definição das funções da escola pública e o decisivo papel do ensino da História Nacional que tomou forma nos manuais didáticos. As matrizes interpretativas desses textos foram amplamente reproduzidas, atravessando décadas.

A autora é precisa em sua análise, demonstrando grande sensibilidade para trabalhar tanto os grandes temas como as pequenas sutilezas encontradas nos textos dos manuais. Teoricamente bem sustentado, este livro faz cruzar as perspectivas da história política renovada com os desafios próprios da história da educação. Outro dos pontos altos deste trabalho é o diálogo que se estabelece entre a autora – que conhece muito bem a historiografia brasileira – e a produção argentina. Esse cruzamento de fronteiras oferece um resultado original e estimulante, porque propicia o levantamento de novas perguntas e questões ao material pesquisado.

No Brasil, nos últimos quinze anos, temos assistido a um crescente interesse de jovens pesquisadores pela investigação de temas de História da América Latina. Entre eles, sem dúvida, sobressai-se Stella Maris que, com esta pesquisa, encontra um destacado lugar em sua geração. Este trabalho é mais uma importante contribuição para a historiografia que se produz no Brasil sobre a história da América Latina. O leitor se deparará com um texto que flui com clareza e que desperta grande interesse.

Maria Ligia Coelho Prado
Departamento de História
Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	
Estado nacional e educação pública na Argentina no século XIX.....	19
CAPÍTULO 2	
Lições de História Nacional: os quatro manuais escolhidos.....	51
CAPÍTULO 3	
“Prenúncios” da nacionalidade no período colonial.....	65
CAPÍTULO 4	
A Independência: personagens, símbolos e lugares da Revolução de Maio de 1810.....	89
CAPÍTULO 5	
Modelos de nação.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
NOTAS.....	137
ANEXOS.....	161
FONTES.....	163
BIBLIOGRAFIA.....	165

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer uma análise das representações de nação argentina construídas em manuais de História Nacional voltados para o ensino secundário e publicados entre 1868 e 1912.

Realizamos, no início desta pesquisa, um levantamento amplo de manuais de História Nacional e pudemos, a partir daí, fazer um recorte preciso das fontes.¹

Levando em consideração alguns critérios – como a delimitação dos manuais de História Nacional produzidos e destinados ao ensino secundário, cujas aulas eram ministradas nos Colégios Nacionais da República; a repercussão dessas obras, evidenciada por suas sucessivas reedições e, por fim, a expressividade dos autores dentro das correntes historiográficas do período –, selecionamos quatro manuais que se configuraram como os mais expressivos para os objetivos desta pesquisa. São eles: *Lecciones sobre la Historia de la República Argentina*, de José Manuel Estrada (1868); *Lecciones de Historia Argentina*, de Clemente Leôncio Fregeiro (1886); *Manual de Historia Argentina*, de Vicente Fidel López (1898) e *Lecciones de Historia Argentina*, de Ricardo Levene (1912).

As balizas cronológicas desta pesquisa são delimitadas pelas datas das primeiras edições dos manuais de José Manuel Estrada – 1868 – e de Ricardo Levene – 1912.

É preciso ressaltar que tais balizas se inscrevem dentro de dois marcos cronológicos extremamente importantes para a história política da Argentina. Referimo-nos, primeiramente, ao ano de 1862, quando o Congresso Nacional elegeu Bartolomeu Mitre como presidente da República, com a tarefa de organizar um governo unificado, integrando todas as províncias em torno de uma Constituição. O outro marco refere-se a 1916, quando o grupo político, em geral denominado pela historiografia de “oligarquia”, foi derrotado pelo partido de oposição, a União Cívica Radical.

Foi durante esse período que, buscando a consolidação do Estado Nacional, implementou-se no país um sistema educacional público e de âmbito nacional. Despontava como ponto primordial no estabelecimento desse sistema, a instituição da disciplina escolar História Argentina.

Buscava-se, com o ensino dessa matéria, formar os futuros cidadãos da nação, creditando-se à História Nacional a possibilidade de criação de um forte espírito patriótico. Além disso, procurava-se orientar e constituir os futuros dirigentes políticos da nação, tarefa na qual essa disciplina devia cumprir um papel primordial. A partir de então, o conhecimento da História Nacional passou a ser extremamente valorizado, sendo considerado um verdadeiro dever de cidadão.

Entretanto, essa tarefa não podia ser empreendida sem os livros escolares voltados para a disciplina, cujos conteúdos correspondessem aos propósitos da elite que comandava o processo político nesse momento de consolidação do Estado nacional. Era, portanto, necessário produzir essas obras. Tanto essas obras didáticas destinadas ao ensino da História Nacional como as primeiras obras historiográficas argentinas, elaboradas também nesse momento, tinham como objetivo legitimar o presente, definindo as origens da nação.

Devemos ressaltar que, nesse período, os autores, tanto das obras historiográficas como das obras didáticas, faziam parte de uma elite e ocupavam importantes cargos políticos. Um dos mais importantes historiadores do período foi Bartolomeu Mitre que, como já foi apontado, fora presidente da República.²

Os autores do período escreveram suas obras profundamente envolvidos com o panorama político do momento e com a preocupação de contribuir na tarefa de consolidar o Estado que ajudavam a construir. O estabelecimento do Estado nacional não se deu de forma pacífica, mas resultou de um processo de fortes lutas políticas movidas pelos diferentes interesses das facções que disputaram o poder ao longo do século XIX. Nessa disputa destacaram-se, de um lado, uma elite liberal que acreditava ser legítima a concentração de poder por parte de Buenos Aires, e do outro lado, as lideranças que formavam os poderes locais, isto é, os caudilhos das províncias, que reivindicavam autonomia política para as suas regiões. Os conflitos se estenderam ao longo de praticamente todo o século XIX e mesmo durante as últimas décadas do século ainda persistia um clima de fragilidade política.

Tendo em vista a necessidade de afirmar a idéia de que a

nação se encontrava definitivamente consolidada, e também buscando justificar os projetos nacionais que foram se implementando a partir da década de 1860 – como a própria Constituição, que implantava um sistema Republicano e Federal –, os primeiros trabalhos históricos escritos na Argentina durante a segunda metade do século XIX buscaram criar a idéia de que a nação era um dado cujas origens se encontravam assentadas num passado distante e cujas particularidades se delineavam desde o período colonial.

Por um lado, estabeleciam o pressuposto de que a nação argentina já estava configurada desde as etapas da vida colonial. Por outro, estabeleciam um marco fundamental como coroação desse processo. Esse marco era a Revolução de Maio de 1810.

Esses aspectos, que marcaram a historiografia argentina do século XIX e que penetraram de maneira profunda nos manuais escolares de História Nacional, persistiram por muito tempo como verdadeiros paradigmas, tanto na literatura escolar como na historiografia. Quanto ao primeiro caso, Rosa Maria Carbonari afirma que é possível se detectar, ainda na década de 1990, uma crise do ensino de História no país, uma vez que a manutenção de sua abordagem tradicional está em defasagem com os problemas e questões colocados pela sociedade atual.³ No caso da historiografia, a idéia da persistência de uma análise realizada a partir da configuração apriorística da nação argentina foi tão marcante que passou a ser revista de maneira mais cuidadosa somente em trabalhos muito recentes, como os de José Carlos Chiaramonte, que nega categoricamente a tese da nação prefigurada e a existência de um “sentimento nacional” desde os tempos vice-reinais ou ainda na primeira metade do século XIX.⁴

Para o estudo sobre o nacionalismo, tomamos como referência importante o trabalho de Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, atentando para sua concepção de que a nação é um artefato cultural “criado” ou “imaginado”⁵ e sobretudo à idéia de que esta imaginação implica uma “mágica” da transformação da “fatalidade em continuidade”, do “acaso em destino”. O autor alerta, assim, para o fato de serem os Estados nacionais realidades históricas relativamente recentes, ao mesmo tempo que a imaginação da nação pode assomar “de um passado imemorial” e deslizar “para um futuro ilimitado”.⁶

Neste sentido da análise crítica sobre a nação como um dado preexistente ao Estado e ao nacionalismo, cabe destacar também o trabalho de Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, em que o autor afirma que “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”.⁷

Além desse suporte teórico, destacamos que nosso estudo também se aproxima da história das representações, inspirada por Roger Chartier, buscando analisar as formas por meio das quais “os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles”, criando representações que em confronto e contradição engendram práticas e movem a estrutura da sociedade.⁸ Seguindo essa abordagem proposta por Chartier, procuramos estar atentos às diferentes clivagens culturais, não nos limitando às determinações dadas *a priori* pelo lugar social ocupado pelos autores, mas buscando indicar, sempre que possível, outras clivagens como “as pertencenças... geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos de ofício”.⁹ Também buscamos não fazer associações mecânicas entre os projetos políticos e a elaboração dos discursos presentes nos manuais, mas pretendemos analisar essas questões de maneira mais dinâmica, relacionando-as entre si e acrescentando ainda à análise outras questões sociais e políticas importantes na Argentina do final do século XIX e início do século XX. Dessa maneira, tivemos em mente captar a dimensão de como se processaram entre os autores “as apropriações de um motivo intelectual ou de uma forma cultural”.¹⁰

O fio condutor de nossa análise das fontes tem por núcleo as questões políticas, e tendo em vista que a construção da idéia de nação esteve intrinsecamente relacionada com o projeto do Estado nacional, enfatizamos em nosso estudo as representações políticas construídas nos manuais. Nesse sentido, procuramos levar em consideração a idéia de que é possível pensar na construção de uma História Política com base em novas perspectivas, evitando uma “análise ‘objetivista’ que pressupõe da parte do historiador que ele paire e domine, do exterior, um objeto inerte”.¹¹ Do contrário, poderíamos cair na armadilha de reproduzirmos exatamente a perspectiva dos próprios manuais de História Nacional aqui analisados, nos quais os autores se colocavam muito mais como “juizes” da história do que como agentes

interessados em evidenciar as contradições presentes no próprio desenvolvimento do processo histórico.

Cabe ressaltar que a análise das representações de nação nos manuais de História Argentina concentrou-se muito mais na discussão sobre os significados das questões políticas presentes nas “lições” dos manuais, do que numa representação de nação baseada em outros componentes como a cultura, a raça ou a etnia. Esta ausência não foi uma determinação feita *a priori*, mas emergiu como resultado da própria análise empírica, uma vez que as fontes analisadas não destacam tais componentes como preocupações cruciais na construção da idéia de nação argentina, como se evidencia, ao contrário, com as questões políticas. Isto porque os autores colocavam como fato relativamente claro a idéia de que os argentinos eram herdeiros dos *criollos*, legítimos descendentes dos espanhóis e, por conseguinte, do “povo europeu” de “raça branca”. Ainda que em alguns casos destacassem a colonização no Rio da Prata como mais “amena” do que as verificadas em outras porções do continente, sugerindo com isso um ‘palco mais propício’ para a precoce formação da nacionalidade, esta análise não implicava uma visão de constituição do povo com base na idéia de miscigenação entre o homem branco europeu e os índios. De forma geral, a questão indígena foi abordada de forma sumária nos manuais, destacando-se que estes teriam, desde os primórdios da colonização, sido assimilados pelos brancos. Trata-se de uma tentativa de apagar das páginas da História Argentina um setor considerado como um empecilho à constituição do Estado nacional tal como este fora projetado pelas elites liberais a partir de 1860. O fato de os índios serem praticamente banidos dos manuais revela a indisposição das elites liberais com relação a esse setor, seja pelo preconceito racial, respaldado pela idéia de que a nacionalidade argentina era fortemente marcada pela origem européia, seja pelos obstáculos concretos que impunham à implementação da modernização no país iniciada na segunda metade do século XIX, e que legitimava, inclusive, as campanhas ocorridas na década de 1880, de extermínio e banimento dos indígenas de seus territórios.

Antes de apresentarmos a forma como a dissertação se encontra estruturada, cabe ainda ressaltar o tratamento aqui dispensado ao tipo de fonte abordado, os livros didáticos de História Nacional, tendo em